



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 382-A, DE 2015**

**(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)**

Dispõe sobre o perdimento em favor da União, de recursos ilegalmente depositados em instituições financeiras no exterior, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação deste, dos de nºs 826/15 e 5360/16, apensados, e das Emendas apresentadas na Comissão, com substitutivo; e pela rejeição do de nº 861/15, apensado (relator: DEP. CAPITÃO AUGUSTO).

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO;  
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,  
RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

## **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Projetos apensados: 826/15, 861/15 e 5360/16

III - Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado:

- Emendas apresentadas (2)
- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º - Os recursos financeiros remetidos a outros países de forma ilegal por cidadãos brasileiros e que estejam depositados em qualquer instituição financeira deverão ser bloqueados, confiscados e repatriados à conta do Tesouro Nacional, mediante petição formulada pelo Ministério Público Federal e apresentada ao Poder Judiciário, cujo feito tramitará sob o rito sumaríssimo.

Parágrafo único - O Ministério Público Federal tomará a iniciativa prevista no caput deste artigo dentro de 5 (cinco) dias após a conclusão do respectivo inquérito policial, nos termos da legislação processual penal em vigor.

Art. 2º - Requerido o bloqueio e o repatriamento dos recursos na forma desta lei, a respectiva petição será autuada em apartado, tendo os autos do processo respectivo tramitação autônoma em relação aos da ação penal respectiva.

Parágrafo único - Autuado o requerimento de bloqueio de recursos, os autos serão conclusos ao juiz que determinará a intimação da União do titular dos recursos e do autor da remessa, para se manifestarem dentro do prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 3º - Transitada em julgado sentença que declare a perda de recursos referidos no art. 1º, passarão eles à propriedade da União, devendo ao Poder Judiciário expedir carta rogatória à autoridade judicial do País que detém os recursos confiscados, pleiteando seu imediato bloqueio e repatriamento.

Art. 4º - Os recursos repatriados do exterior ficarão depositados em conta judicial, à disposição do juízo que determinou o confisco judicial.

§ 1º Realizado o depósito em conta judicial da quantia apurada, a União será intimada para oferecer, na forma prevista em regulamento, caução equivalente àquele montante, em certificados de emissão do Tesouro Nacional.

§ 2º Feita a caução, os valores da conta judicial serão transferidos para a União, mediante depósito na conta do Tesouro Nacional.

§ 3º A União fará a conversão em moeda nacional, dos recursos recebidos.

§ 4º Na sentença de mérito, o juiz, nos autos do processo de conhecimento, ao decidir sobre o perdimento dos recursos mencionados nos §§ 4º e 5º, decidirá também sobre o levantamento da caução.

§ 5º No caso de levantamento da caução, os certificados a que se refere o § 1º deverão ser resgatados pelo seu valor de face.

Art. 5º - Não terão efeito suspensivo os recursos interpostos contra as decisões proferidas nos feitos previstos nesta lei. Parágrafo único - 20% (vinte por cento) dos recursos ficaram com a União; e 80% (oitenta por cento) serão repassados aos Estados e Distrito Federal, na proporção da cota-parte do Imposto de Renda que lhes repassa a União.

Art. 6º - Os recursos financeiros decorrentes do confisco serão aplicados exclusivamente em segurança pública.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei dentro de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art.8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Há muitos anos convivemos com a divulgação de notícias que nos dão conta de que milhões de dólares de cidadãos e empresas brasileiros são localizados em banco no exterior, normalmente vinculados à ocorrência de processos criminais, cujas investigações são comumente conduzidas pelos representantes do Ministério Público.

Tais denúncias nos deixam perplexos porque, apesar destes recursos serem oriundos de ações criminosas e ilícitas, não existe um procedimento legal célere e ágil que permita o repartimento destes recursos, e seu depósito na conta do Tesouro Nacional.

Assim, tais recursos públicos que são "apropriados" pelos famosos criminosos do "colarinho branco" ficam um longo tempo depositados e protegidos em contas bancárias de paraíso financeiro na Europa, Estados Unidos, Caribe e etc.

Urge que tenhamos uma legislação que nos permita quebrar essa inércia no repatriamento de recursos que são ilegalmente subtraídos do povo brasileiro, inibindo ainda mais a impunidade que vem beneficiando estes criminosos

"sofisticados", que se utilizam de manobras mirabolantes para esconderem estes recursos, sob o manto do sigilo bancário concedido por vários países.

Torna-se necessário ainda que o Poder Executivo se empenhe em formalizar tratados e acordos com aqueles países, que frequentemente são escolhidos como domicílio bancário pelos criminosos, objetivando a rápida repatriação dos recursos desviados ilegalmente.

Neste sentido, rogamos o apoio de nossos ilustres Pares para a urgente aprovação desta proposição, que nos permitirá abreviar o lapso de tempo que nos separa de legislações modernas que permitem a recuperação de recursos utilizados no crime organizado e já adotadas por vários países desenvolvidos.

Sala das Sessões, 12 de fevereiro de 2015.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

## **PROJETO DE LEI N.º 826, DE 2015**

**(Do Sr. Caetano)**

Dispõe sobre a destinação de recursos públicos repatriados nas condições que especifica.

**DESPACHO:**  
APENSE-SE À(AO) PL-382/2015.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Na hipótese de recursos públicos serem repatriados para o País em virtude de processos criminais, o montante obtido será destinado obrigatoriamente para ações e serviços de segurança pública ou para transferências a Estados, com a finalidade exclusiva de melhoria dos serviços nas delegacias policiais.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Infelizmente, nosso País tem-se notabilizado no cenário internacional pela ocorrência de uma série de desvios de recursos públicos, que acabam depositados em contas individuais dos autores de diversos casos já endêmicos de corrupção.

Se é indiscutível que a maioria dessas denúncias acaba por se mostrar justificada e comprovada, não é menos verdade que nossas forças policiais têm mostrado impressionante competência para identificar os culpados e, principalmente, localizar as instituições financeiras onde os recursos desviados tenham sido depositados. Nada mais justo, portanto, que façamos um esforço legislativo para incentivar o notável trabalho de investigação que vem sendo feito, destinando as verbas repatriadas para melhorar ainda mais as condições de trabalho das instituições policiais.

Além de estarmos, desse modo, tornando mais efetivas as investigações futuras, inibindo assim as irregularidades, podemos também obter o benefício extra de favorecer os serviços prestados nas delegacias policiais, uma necessidade cada dia mais urgente para a população brasileira.

Esperamos, portanto, contar com o apoio dos nobres Colegas a fim de ver aprovada a presente proposição.

Sala das Sessões, em 19 de março de 2015

**Deputado CAETANO**  
**PT-BA**

## **PROJETO DE LEI N.º 861, DE 2015**

**(Do Sr. João Daniel)**

Dispõe sobre que os de recursos públicos repatriados serão destinados ao investimento em Assentamentos da Reforma Agrária e Comunidades Tradicionais.

**DESPACHO:**  
APENSE-SE À(AO) PL-382/2015.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os recursos públicos repatriados ao País em virtude de processos criminais serão destinados, obrigatoriamente, para investimentos em infraestrutura nos **Assentamentos da Reforma Agrária** e em **Comunidades Tradicionais**.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos anos nosso país tem passado por um processo de transparência e fiscalização dos recursos públicos e graças a órgãos como o Tribunal de Contas da União, Ministério Público, Controladoria Geral União, Polícia Federal e outros. Tem-se descoberto vários desvios de conduta de gestores públicos e privados que provocam grandes prejuízos ao erário e, conseqüentemente, à sociedade de maneira geral.

A reforma agrária é uma política estratégica para a democratização do campo e para a segurança alimentar, são os assentamentos que garantem a alimentação de todos os brasileiros. Contudo os programas institucionais não são suficientes para possibilitar a fixação das famílias no campo, o combate à miséria e a garantia de uma alimentação saudável e adequada para todos os brasileiros.

Os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) são um grupo culturalmente diferenciado com formas particulares de organização social e mantiveram essas características ao longo da história do Brasil.

Esses povos são os indígenas, os quilombolas, as comunidades de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais, dentre outros, historicamente marginalizados e discriminados.

Apesar dos esforços do Governo para empreender projetos que auxiliam as famílias a produzirem alimentos de qualidade e outros meios para sobrevivência digna não são suficientes para corrigir essa injustiça histórica.

Nada mais justo, portanto, que os recursos obtidos em virtude de processos criminais sejam destinados, obrigatoriamente, para investimentos em infraestrutura nos Assentamentos da Reforma Agrária e em comunidades tradicionais.

Diante do exposto pedimos o apoio dos nobres pares para aprovação desta proposição.

Brasília, em 20 março de 2015.

**João Daniel**

Deputado Federal (PT/SE)

## **PROJETO DE LEI N.º 5.360, DE 2016** **(Do Sr. Tenente Lúcio)**

Dispõe sobre o perdimento em favor da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de recursos ilegalmente depositados em instituições financeiras no exterior.

**DESPACHO:**  
**APENSE-SE À(AO) PL-382/2015.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os recursos financeiros remetidos a outros países de forma ilegal por cidadãos brasileiros e que estejam depositados em qualquer instituição financeira deverão ser bloqueados, confiscados e repatriados à conta do Tesouro Nacional, assegurados o contraditório e ampla defesa ao titular dos recursos, com os meios e recursos a ela inerentes.

Parágrafo único. Dos recursos repatriados, o Tesouro Nacional repassará 30% (trinta por cento) aos Estados e ao Distrito Federal e 50% (cinquenta por cento) aos Municípios, segundo os critérios de partilha do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta estabelece que os recursos de origem ilícita remetidos a outros países deverão ser bloqueados, confiscados e repatriados em favor do governo.

Estimativas da Organização das Nações Unidas (2012) indicam que, considerando todas as esferas de governo, os atos de corrupção desviam cerca de R\$ 200 bilhões ao ano em todo o Brasil. Somente os inquéritos em curso da Polícia Federal apuram R\$ 43 bilhões em recursos desviados dos cofres da União, segundo divulgado em reportagem em “O Estado de São Paulo” de 4 de julho de 2015.

Busca-se, com esta iniciativa, a justa reparação civil por crimes contra o Erário, garantindo a recomposição do patrimônio público e oferecendo uma importante fonte recursos a Estados e Municípios, fundamental em um momento de grande de grande debilidade econômica e fiscal. Os recursos repassados certamente contribuirão para a ampliação e melhoria de serviços públicos essenciais prestados à população geridos pelos entes federativos que guardam mais proximidade com o cidadão.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares em nossa iniciativa.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 2016.

Deputado Tenente Lúcio

# **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

## **PROJETO DE LEI Nº 382, DE 2015.**

Dispõe sobre o perdimento em favor da União, de recursos ilegalmente depositados em instituições financeiras no exterior, e dá outras providências.

### **EMENDA Nº**

O art. 1º do PL nº 382 de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º. Os recursos financeiros remetidos a outros países de forma ilegal por cidadãos brasileiros e que estejam depositados em qualquer instituição financeira deverão ser bloqueados, confiscados e repatriados à conta do Tesouro Nacional, mediante petição formulada pelo Ministério Público Federal ou, durante o inquérito policial, pela autoridade policial federal, que será apresentada ao Poder Judiciário, cujo feito tramitará sob o rito sumaríssimo.

Parágrafo único. A iniciativa prevista no caput será adotada pelo Ministério Público Federal dentro de 5 (cinco) dias após a conclusão do respectivo inquérito policial, nos termos da legislação processual penal em vigor, ou durante o inquérito policial, quando a iniciativa for da autoridade policial federal.”

### **JUSTIFICAÇÃO**

Visando aperfeiçoar o projeto do nobre autor, propomos a supressão de uma lacuna no que tange à possibilidade de se formular o pedido de bloqueio e a

repatriação de recursos financeiros remetidos ilegalmente para o exterior logo que sejam localizados, durante o inquérito policial.

A prevalecer o texto original, a autoridade policial da Polícia Federal nada poderá fazer se, durante as investigações, localizar recursos financeiros no exterior, dando a oportunidade para o criminoso dilapidar o patrimônio ou promover o desvio dos recursos a fim de evitar o bloqueio e a posterior repatriação.

São essas, portanto, as razões que entendemos justas e necessárias para acatamento da presente emenda.

Sala da Comissão, 22 de setembro de 2015.

**Deputado FAUSTO PINATO**  
**PRB/SP**

# **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

## **PROJETO DE LEI Nº 382, DE 2015.**

Dispõe sobre o perdimento em favor da União, de recursos ilegalmente depositados em instituições financeiras no exterior, e dá outras providências.

### **EMENDA Nº**

O art. 1º do PL nº 382, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º - Os recursos financeiros remetidos a outros países de forma ilegal por cidadãos brasileiros e que estejam depositados em qualquer instituição financeira deverão ser bloqueados, confiscados e repatriados à conta do Tesouro Nacional, mediante petição formulada pelo Ministério Público Federal ou, durante o inquérito policial, pela autoridade policial federal, que será apresentada ao Poder Judiciário, cujo feito tramitará sob o rito sumaríssimo.

Parágrafo único – A iniciativa prevista no caput será adotada pelo Ministério Público Federal, dentro de 5 (cinco) dias após a conclusão do respectivo inquérito policial, nos termos da legislação processual penal em vigor, ou, durante o inquérito policial, pela autoridade policial federal.”

### **JUSTIFICATIVA**

Visando aperfeiçoar o projeto do nobre autor, propomos a supressão de uma lacuna no que tange à possibilidade de se formular o pedido de bloqueio e a repatriação de recursos financeiros remetidos ilegalmente para o exterior logo que sejam localizados, durante o inquérito policial.

A prevalecer o texto original, a autoridade policial da Polícia Federal nada poderá fazer se, durante as investigações, localizar recursos financeiros no exterior, dando a oportunidade para o criminoso dilapidar o patrimônio ou promover o desvio dos recursos a fim de evitar o bloqueio e a posterior repatriação.

São essas, portanto, as razões que entendemos justas e necessárias para acatamento da presente emenda.

Sala das Sessões, em        de        2015.

**DEPUTADO WILSON FILHO**



## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

### PARECER AO PROJETO DE LEI N. 382, DE 2015 (Apensados os PL 826/2015, 861/2015 e 5360/2016)

Dispõe sobre o perdimento em favor da União, de recursos ilegalmente depositados em instituições financeiras no exterior, e dá outras providências.

**Autor:** Deputado ANTONIO CARLOS  
MENDES THAME

**Relator:** Deputado CAPITÃO  
AUGUSTO

## I – RELATÓRIO

A proposição de autoria do nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) disciplina acerca do perdimento em favor da União, de recursos ilegalmente depositados em instituições financeiras no exterior. Pretende bloquear, confiscar e repatriar, à conta do Tesouro Nacional, os recursos financeiros remetidos a outros países de forma ilegal por cidadãos brasileiros e que estejam depositados em qualquer instituição financeira. O procedimento será iniciado pelo Ministério Público Federal cinco dias após a conclusão do respectivo inquérito policial e apresentada ao Poder Judiciário, tramitando o feito sob o rito sumaríssimo. Tramitando os autos em apartado, serão intimados a União, o titular dos recursos e o autor da remessa, para se manifestarem dentro do prazo de cinco dias. Depois do trânsito em julgado da sentença que declare a perda de recursos, estes passarão à propriedade da União, pleiteando-se seu imediato bloqueio e repatriamento por carta rogatória.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Augusto  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217805319200>



Repatriados, os recursos ficarão depositados em conta judicial, sendo a União intimada para oferecer caução em certificados de emissão do Tesouro Nacional, na forma a ser prevista em regulamento, após o que serão depositados a conta do Tesouro Nacional, convertidos em moeda nacional. A sentença de mérito decidirá sobre o levantamento da caução, a qual implicará o resgate dos certificados pelo valor de face. Os recursos interpostos não terão efeito suspensivo. Vinte por cento dos recursos serão destinados à União e oitenta aos Estados e Distrito Federal, na proporção de suas cotas-parte do Imposto de Renda. Os recursos decorrentes do confisco serão aplicados exclusivamente em segurança pública.

Na Justificação o ilustre autor argumenta que se noticia a existência de milhões de dólares de cidadãos e empresas brasileiros localizados em bancos no exterior, normalmente vinculados a processos criminais, não existindo um procedimento célere que permita o repatriamento. Assim protegidos em paraísos financeiros, tais recursos não retornam ao país, à míngua de acordos com os países preferenciais de destino de tais recursos, principalmente da Europa e do Caribe, sendo que vários outros países já legislaram a respeito permitindo recuperar recursos de seus nacionais.

A proposição foi distribuída às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), de Finanças e Tributação (CFT, mérito e art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC, art. 54 do RICD), sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinária.

Em 26/03/2015 foi apensado o PL 861/2015 e no dia seguinte o PL 826/2015.

O **PL 861/2015**, do Deputado João Daniel - PT/SE, “dispõe sobre que os de recursos públicos repatriados serão destinados ao investimento em Assentamentos da Reforma Agrária e Comunidades Tradicionais”. Na Justificação o insigne autor, lembrando que a reforma agrária é uma política estratégica para a democratização do campo e para a segurança alimentar, preconiza a destinação dos recursos aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), visando à fixação das famílias no campo, o combate à miséria e a garantia de uma alimentação saudável e adequada para todos os brasileiros. Entende que os indígenas, os quilombolas, as comunidades de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais,



dentre outros, foram historicamente marginalizados e discriminados, cabendo fazer-lhes justiça.

O **PL 826/2015**, do Deputado Caetano - PT/BA, “dispõe sobre a destinação de recursos públicos repatriados nas condições que especifica”, determinando que o montante obtido será destinado obrigatoriamente para ações e serviços de segurança pública ou para transferências a Estados, com a finalidade exclusiva de melhoria dos serviços nas delegacias policiais. Na Justificação o nobre autor reconhece o esforço das instituições policiais, que seriam merecedoras, portanto, do favor legal.

Encerrado o prazo para o oferecimento de emendas, foram apresentadas duas emendas.

A **EMC 1/2015-CSPCCO**, do Deputado Fausto Pinato – PRB/SP, dá nova redação ao art. 1º, incluindo como peticionário da repatriação a autoridade policial federal, mesmo antes de concluído o inquérito policial. O autor justifica a emenda sob o argumento de que, mantendo-se a redação original, a autoridade policial federal nada poderá fazer se, durante as investigações, localizar recursos financeiros no exterior, dando a oportunidade para o criminoso dilapidar o patrimônio ou promover o desvio dos recursos a fim de evitar o bloqueio e a posterior repatriação.

A **EMC 2/2015-CSPCCO**, do Deputado Wilson Filho – PTB/PB, tem teor idêntico à primeira.

Em 04/11/2015 apresentamos nosso Parecer, pela aprovação da proposição principal, das Emendas n. 1/2015 e 2/2015, apresentadas nesta comissão e do PL 826/2015, apensado, com substitutivo, e pela rejeição do PL 861/2015, apensado. Concedido prazo para emendas ao Substitutivo, não foi apresentada qualquer emenda. Em 07/06/2016 foi apensado o PL 5360/2016.

O PL 5360/2016, do Deputado Tenente Lúcio - PSB/MG, “dispõe sobre o perdimento em favor da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de recursos ilegalmente depositados em instituições financeiras no exterior”. Seu art. 1º é similar ao da proposição principal, enquanto o respectivo parágrafo único possui conteúdo análogo ao do parágrafo único do art. 5º da proposição principal, diferenciando-se quanto aos percentuais da distribuição dos recursos repatriados que caberá a cada ente federado. Nesse caso são incluídos os municípios, como destinatários de



cinquenta por cento dos recursos, ficando vinte por cento com a União e trinta por cento distribuídos aos Estados e Distrito Federal, segundo os critérios de partilha do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Na Justificação o ínclito autor invoca estimativa da Organização das Nações Unidas (2012) segundo a qual os atos de corrupção desviam cerca de R\$ 200 bilhões ao ano em todo o Brasil. Somente os inquéritos em curso da Polícia Federal apuram R\$ 43 bilhões em recursos desviados dos cofres da União, segundo divulgado em reportagem em “O Estado de São Paulo” de 4 de julho de 2015. Assim, os recursos auferidos e repassados segundo os critérios estabelecidos contribuirão para a ampliação e melhoria de serviços públicos essenciais prestados à população geridos pelos entes federativos que guardam mais proximidade com o cidadão.

Em razão do novo apensamento, em 08/06/2016 a matéria foi-me devolvida, motivo pelo qual apresentei parecer reformulado para incluir apreciação sobre o PL apensado.

Contudo, em virtude de novas contribuições sobre a matéria, advindas de representantes do Ministério Público Federal, em 16/05/2018, apresentei reformulação no parecer.

Iniciada esta nova a legislatura, em 27/03/2019, fui redesignado relator da matéria, sem que fossem apresentadas novas emendas.

É o relatório.

## II – VOTO DO RELATOR

É da alçada desta Comissão Permanente a análise de matérias relativas ao combate ao contrabando, crime organizado, sequestro, lavagem de dinheiro, violência rural e urbana, na forma do disposto no RICD (art. 32, inciso XVI, alínea ‘b’).

Cumprimentamos os ilustres autores pela preocupação em garantir aos brasileiros o retorno de recursos retirados ilegalmente do país, os quais aqui poderiam estar sendo aplicados em atividade produtiva, visando ao crescimento da economia nacional.



A questão aqui tratada, diante dos resultados que verificamos, por exemplo, no trabalho realizado na operação Lava Jato, é de grande importância nacional, uma vez que permite a busca da reparação dos efeitos nefastos da corrupção, que tanto prejuízo causou e ainda causa ao povo brasileiro.

Diante disso, somos, evidentemente, pela aprovação do projeto principal e dos apensados PL 826/2015 e 5360/2016, assim como pelas emendas ofertadas, na forma de um substitutivo global, construído de acordo com o que entendemos como mais oportuno para o aprimoramento do nosso ordenamento jurídico.

Apenas quanto ao PL nº 861/2015, entendemos que seu objeto não deve ser incorporado, porque não adequado à contribuição que aqui se construiu, na medida em que acatamos o PL 826/2015 e os projetos são mutuamente excludentes. Com efeito, a destinação dos recursos para aplicação em segurança pública é muito mais consentânea com o esforço dos órgãos de persecução criminal pela repatriação de ativos financeiros.

Passa-se a ressaltar, em linhas gerais, questões que foram ajustadas para a elaboração do substitutivo.

Quanto à técnica legislativa, ainda que essa análise fuja da atribuição desta Comissão de mérito, quando de sua tramitação pela CCJC tais aspectos serão melhor apreciados por aquela Comissão. Entretanto, como contribuição ao Relator que nos sucederá naquela Comissão e, ainda, pela oportunidade de apresentação de novo texto, procuramos adequá-lo à determinação da Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre regras de elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, bem como do Decreto n. 4.176, de 28 de março de 2002, que a regulamentou.

Exemplo disso é que o primeiro artigo não segue a forma estipulada pelo art. 7º da LC n. 95/1998, ou seja, limitar-se a definir o objeto e âmbito de aplicação da norma, o que resolvemos mediante a inclusão desse artigo.

Assim, adaptamos a redação, incluindo o art. 1º e renumerando os demais.

Segundo a mencionada norma sobre técnica legislativa, as referências numéricas devem ser escritas apenas por extenso, desprezando-se a escrita em algarismos (art. 11, inciso II, alínea 'f', na redação



dada pela Lei Complementar n. 107, de 26 de abril de 2001); e no art. 23, inciso II, alínea 'h' do Decreto mencionado, cuja alínea 'i' do mesmo dispositivo excetua somente a transcrição de valores monetários entre parênteses. Destarte, são expressas por extenso as referências numéricas do original parágrafo único do art. 1º e do art. 5º.

Superadas essas questões, analisando o conteúdo propriamente dito das proposições, alterou-se, em acatamento à ponderação do Ministério Público Federal, o objeto do projeto principal, antes referente a “recursos ilegalmente depositados em instituições financeiras” para “ativos ilegalmente mantidos no exterior”.

Isso porque é necessário que a futura lei seja o mais abrangente possível, de modo que não é adequado limitar-se a repatriação ao que consta de contas bancárias no exterior, já que poderão existir ativos de outra espécie em jurisdição estrangeira, também sujeitos a bloqueio, confisco e repatriação.

Também no sentido de ampliar a aplicabilidade da norma, incluiu-se em seu alcance pessoas jurídicas, uma vez que na própria justificção o autor do projeto principal referiu-se a ‘empresas’.

Albergando o conteúdo do PL 826/2015, incluiu-se a autoridade policial com competência para representar, durante o inquérito policial, pelas medidas visando o repatriamento dos bens, direitos e valores mantidos ilegalmente fora do país, desde que haja indícios suficientes de autoria e materialidade.

Quanto à recuperação de ativos por cooperação internacional, como nos foi colocado pelos representantes do Ministério Público Federal, há rotinas em vigor que são mais simples do que as propostas nos projetos em análise, motivo pelo qual descomplicou-se o tratamento da matéria, facultando o confisco, mediante repatriação dos ativos no exterior.

Os originais arts. 7º e 9º não devem subsistir. O primeiro porque não cabe à lei definir prazo para que o Poder Executivo exerça seu poder regulamentar. O último, porque contradiz o disposto no art. 9º da LC n. 95/1998, segundo o qual “a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas”. De teor semelhante é a redação do art. 21 do Decreto n. 4.176/2002: “a cláusula de revogação relacionará, de forma expressa, todas as disposições que serão revogadas



com a entrada em vigor do ato normativo proposto”. Isso significa que não se deve utilizar a antiga fórmula reproduzida na proposição.

Diante do exposto, concitamos os nobres pares a votar conosco pela **APROVAÇÃO** do **PL 382/2015** e seus apensados, **PL 826/2015 e 5360/2016**, assim como das emendas **EMC 1/2015-CSPCCO** e **EMC 2/2015-CSPCCO**, na forma do **SUBSTITUTIVO** que ora ofertamos, e pela **REJEIÇÃO** do **PL 861/2015**, apensado.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2021.

**Deputado CAPITÃO AUGUSTO**  
**PL/SP**  
Relator



# **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

## **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N. 382, DE 2015 (Do Relator)**

**(Apensados os PL 826/2015, 861/2015 e 5360/2016)**

Dispõe sobre o perdimento em favor da União, dos Estados ou do Distrito Federal, de ativos ilegalmente mantidos no exterior, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o perdimento de bens, direitos ou valores ilegal ou clandestinamente mantidos no exterior.

Art. 2º Os bens, direitos e valores mantidos em outros países de forma ilegal ou clandestina por pessoas físicas ou jurídicas deverão ser bloqueados, confiscados e repatriados em favor da União, dos Estados ou do Distrito Federal, respeitados os direitos da vítima ou do terceiro de boa-fé.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Augusto  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217805319200>



§ 1º O Ministério Público providenciará o bloqueio cautelar de bens, direitos ou valores no exterior, mediante pedido direto à autoridade competente no país onde estiverem os ativos, devendo ser cientificado o juízo competente no Brasil sempre que a medida for providenciada, sendo a referida petição autuada em separado, como apenso à investigação criminal ou ação penal.

§ 2º O bloqueio cautelar de bens, direitos ou valores no exterior poderá, também, ser determinado mediante representação da autoridade policial federal, durante o inquérito policial, nos termos da legislação processual penal em vigor, desde que haja indícios suficientes de autoria e materialidade, devendo a petição ser autuada em separado, como apenso à investigação criminal ou ação penal.

§ 3º Autuada a petição nos termos do § 1º e do 2º, os autos serão conclusos ao juiz competente, que determinará a intimação do titular dos recursos e do autor da remessa, para se manifestarem dentro do prazo de cinco dias, decidindo, no caso do § 2º, após a oitiva do Ministério Público, sobre o bloqueio cautelar.

Art. 3º A repatriação poderá ser autorizada pelo juízo após o esgotamento das vias recursais ordinárias contra a condenação.

Parágrafo único. O Ministério Público providenciará o pedido de cooperação jurídica internacional, para fins de confisco e repatriação, dando ciência à defesa.

Art. 4º Os ativos repatriados serão convertidos em pecúnia, quando necessário, e serão devolvidos à União, aos Estados ou ao Distrito Federal, ressalvados os direitos da vítima ou do terceiro de boa-fé.

§ 1º Se a repatriação ocorrer antes do trânsito em julgado, a entidade federada será intimada para oferecer, na forma prevista em regulamento, caução equivalente àquele montante.

§ 2º Será dispensada caução quando a repatriação ocorrer mediante disposição contratual voluntária do titular ou do custodiante dos bens, direitos ou valores mantidos no exterior, no âmbito de acordo de colaboração premiada ou acordo de leniência.

Art. 5º Não terão efeito suspensivo os recursos interpostos contra as decisões proferidas nos feitos previstos nesta lei.



Art. 6º Os recursos financeiros decorrentes do confisco serão aplicados exclusivamente na área de segurança pública.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2021.

**Deputado CAPITÃO AUGUSTO**

**PL/SP**

Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

### PROJETO DE LEI Nº 382, DE 2015

### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em reunião ordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação o Projeto de Lei nº 382/2015, das Emendas 1/2015 e 2/2015 da CSPCCO, dos Projetos de Lei 826/2015 e 5360/2016, apensados, com substitutivo e pela rejeição do Projeto de Lei 861/2015, apensado, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Capitão Augusto.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Emanuel Pinheiro Neto - Presidente, Major Fabiana - Vice-Presidente, Alexandre Leite, Aluisio Mendes, Capitão Alberto Neto, Capitão Wagner, Delegado Antônio Furtado, Fernando Rodolfo, Julian Lemos, Junio Amaral, Lincoln Portela, Magda Mofatto, Mara Rocha, Marcel van Hattem, Neucimar Fraga, Nicoletti, Osmar Terra, Pastor Eurico, Paulo Ramos, Policial Katia Sastre, Sanderson, Sargento Fahur, Subtenente Gonzaga, Capitão Augusto, Célio Silveira, Coronel Armando, Da Vitória, Delegado Marcelo Freitas, Delegado Pablo, Eli Corrêa Filho, Fábio Henrique, General Girão, General Peternelli, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hugo Leal, Loester Trutis, Paulo Ganime e Weliton Prado.

Sala da Comissão, em 23 de junho de 2021.

Deputado EMANUEL PINHEIRO NETO  
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Emanuel Pinheiro Neto  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214218130700>





ARA DOS DEPUTADOS

SSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

## SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI N. 382, DE 2015

**(Apensados os PL 826/2015, 861/2015 e 5360/2016 e Emendas  
Nºs 1 e 2/2015, da CSPCCO)**

Dispõe sobre o perdimento em favor da União, dos Estados ou do Distrito Federal, de ativos ilegalmente mantidos no exterior, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o perdimento de bens, direitos ou valores ilegal ou clandestinamente mantidos no exterior.

Art. 2º Os bens, direitos e valores mantidos em outros países de forma ilegal ou clandestina por pessoas físicas ou jurídicas deverão ser bloqueados, confiscados e repatriados em favor da União, dos Estados ou do Distrito Federal, respeitados os direitos da vítima ou do terceiro de boa-fé.

§ 1º O Ministério Público providenciará o bloqueio cautelar de bens, direitos ou valores no exterior, mediante pedido direto à autoridade competente no país onde estiverem os ativos, devendo ser cientificado o juízo competente no Brasil sempre que a medida for providenciada, sendo a referida petição autuada em separado, como apenso à investigação criminal ou ação penal.

§ 2º O bloqueio cautelar de bens, direitos ou valores no exterior poderá, também, ser determinado mediante representação da autoridade policial federal, durante o inquérito policial, nos termos da legislação processual penal em vigor, desde que haja indícios suficientes de autoria e materialidade, devendo a petição ser autuada em separado, como apenso à investigação criminal ou ação penal.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Emanuel Pinheiro Neto  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211446551300>

1

Apresentação: 23/06/2021 17:51 - CSPCCO  
SBT-A 1 CSPCCO => PL 382/2015

SBT-A n.1





§ 3º Autuada a petição nos termos do § 1º e do 2º, os autos serão conclusos ao juiz competente, que determinará a intimação do titular dos recursos e do autor da remessa, para se manifestarem dentro do prazo de cinco dias, decidindo, no caso do § 2º, após a oitiva do Ministério Público, sobre o bloqueio cautelar.

Art. 3º A repatriação poderá ser autorizada pelo juízo após o esgotamento das vias recursais ordinárias contra a condenação.

Parágrafo único. O Ministério Público providenciará o pedido de cooperação jurídica internacional, para fins de confisco e repatriação, dando ciência à defesa.

Art. 4º Os ativos repatriados serão convertidos em pecúnia, quando necessário, e serão devolvidos à União, aos Estados ou ao Distrito Federal, ressalvados os direitos da vítima ou do terceiro de boa-fé.

§ 1º Se a repatriação ocorrer antes do trânsito em julgado, a entidade federada será intimada para oferecer, na forma prevista em regulamento, caução equivalente àquele montante.

§ 2º Será dispensada caução quando a repatriação ocorrer mediante disposição contratual voluntária do titular ou do custodiante dos bens, direitos ou valores mantidos no exterior, no âmbito de acordo de colaboração premiada ou acordo de leniência.

Art. 5º Não terão efeito suspensivo os recursos interpostos contra as decisões proferidas nos feitos previstos nesta lei.

Art. 6º Os recursos financeiros decorrentes do confisco serão aplicados exclusivamente na área de segurança pública.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 23 de junho de 2021.

**Deputado EMANUEL PINHEIRO NETO**  
Presidente CSPCCO

